



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Territórios, questão agrária e colapso ambiental

Serviço Social e Meio ambiente: Debate da Categoria na Contemporaneidade

Soraya Gama de Ataíde Prescholdt¹

Renato Almeida de Andrade²

Resumo: O artigo apresentado tem como objetivo mapear os temas debatidos pelas/os assistentes sociais nos últimos 10 anos (2015-2025) sobre Serviço Social e meio ambiente. O estudo foi baseado em uma pesquisa bibliográfica e o tratamento foi baseado em uma análise de conteúdo. Os resultados da pesquisa demonstram que 67,3% do material publicado na área do serviço social e meio ambiente são artigos científicos. Com base no mapeamento de 150 materiais identificados as temáticas mais citadas foram: 36% produções que tratam do trabalho profissional do Serviço Social na área ambiental; com 14% apareceu a discussão da crise Ambiental como parte da crise do capital e, logo, aparece a questão do racismo ambiental com 10,6% produções.

Palavras-chave: meio ambiente; serviço social; trabalho.

Social Work and the Environment: Contemporary Debates within the Profession

Abstract: This article aims to map the themes debated by social workers in the last 10 years (2015-2025) regarding Social Work and the environment. The study was based on bibliographic research and the treatment was based on content analysis. The research results show that 67.3% of the material published in the area of social work and the environment are scientific articles. Based on the mapping of 150 identified materials, the most cited themes were: 36% of productions dealing with the professional work of Social Work in the environmental area; with 14% the discussion of the environmental crisis as part of the crisis of capital appeared, and then the issue of environmental racism appears with 10.6% of productions.

Keywords: environment; social work; work.

Introdução³

O objetivo geral do estudo é mapear os temas debatidos pelas/os assistentes sociais nos últimos 10 anos (2015-2025) sobre Serviço Social e meio ambiente.

Os procedimentos adotados nesse artigo consiste em uma Pesquisa qualitativa (Cervo et al., 2007) e descritiva que parte de uma análise do pesquisador (Barros; Lehfeld, 2007).

¹ Doutora em Serviço Social (UERJ) professora associada do Departamento de Serviço Social/UFES. Pesquisadora do Núcleo de Estudos do Trabalho (NET). Email: soraya.ataide@ufes.br.

² Doutor em Serviço Social (UFRJ) professor associado do Departamento de Serviço Social/UFES. Pesquisador do Núcleo de Estudos do Trabalho (NET). Email: renato.andrade@ufes.br

³ O artigo apresentado é fruto da pesquisa realizada na Licença Capacitação realizado em 2026 e que tem como título: “Serviço Social e Meio ambiente: o debate realizado pela categoria nos últimos 10 anos” e que também faz parte da Pesquisa Matricial desenvolvida no NET e registrada na PRPPG/UFES (registro: 13666/2025) com o título: “Meio Ambiente, Trabalho e Serviço Social: Reflexões da crise do capital na sua fase contemporânea”.

Foi realizada uma coleta de dados com base em uma pesquisa bibliográfica baseada nas categorias teóricas: trabalho, serviço social, meio ambiente e crise estrutural do capital, apoiados sempre na apreensão da realidade pelo método crítico dialético (Ludke; André, 1986).

Para o tratamento dos dados foi utilizado uma análise de conteúdo, visando verificar hipóteses e/ ou descobrir o que está por trás de cada conteúdo (Cavalcante et al., 2014).

O artigo possui um único tópico que apresenta o estado da arte sobre meio ambiente e serviço social nos últimos 10 anos. É possível também identificar 1 gráfico e uma tabela que demonstra como as literaturas relacionadas a temática tratada tanto quantitativamente como qualitativamente aparecem na década estudada. E por último as considerações finais do estudo com algumas sínteses e indicações para estudos futuros.

Meio ambiente e Serviço Social nos últimos 10 anos: mapeamento das temáticas

O que será relatado nesse tópico faz parte dos procedimentos metodológicos adotados, porém, além disso, também está relacionado ao objetivo central do estudo, que é mapear a literatura produzida pelo serviço social nos últimos 10 anos (2015-2025).

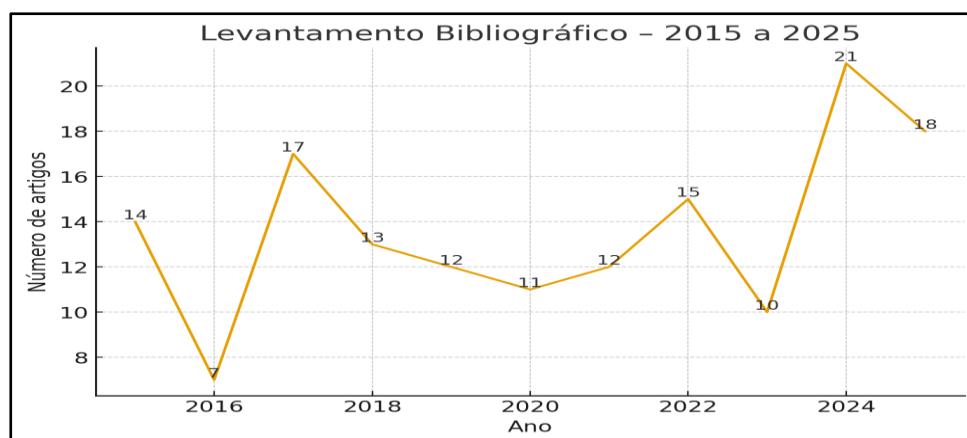
O primeiro passo foi definir os critérios de seleção desse material e diante dos objetivos propostos chegou-se ao seguinte parâmetro: os artigos selecionados foram capturados no Google Acadêmico que é uma plataforma de pesquisa online que tem disponível literaturas de origem acadêmicas diversas, como artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso, teses de mestrado e doutorado, citações e resumos completos de obras, como também publicações de eventos científicos.

Depois, foi utilizado a seguinte chave de busca (serviço social ou assistente social e meio ambiente ou ambiental) tanto no título como no corpo do texto. E por último se o artigo capturado foi escrito pelo menos por uma autora/or formada/o em serviço social. Estabelecidos os critérios acima, foram encontrados no recorte dos últimos 10 anos (150 materiais).

Foram identificados 67,3% de artigos; 12,7% de dissertações, 10% de TCC's e 4,7% de Teses. Ao analisar as produções na temática observa-se uma predominância de artigos, pode-se inferir que as revistas indexadas estão valorizando a temática e, que as/os pesquisadoras/res estão com materiais de pesquisa de relevância acadêmica e

social com qualidade para passar nas avaliações dos comitês editoriais. Também, observou-se oscilação com alguns picos de produção como demonstra o quadro abaixo:

Gráfico 1: Número de materiais identificados nos últimos 10 anos.



Fonte: elaborada pela autora (2025)

O auge da produção fica em 2017 e 2024, se partirmos do fato que dois anos antes, no ano de 2015, aconteceu o rompimento da barragem em Minas Gerais (5 de novembro de 2015) na região de Bento Rodrigues, a 35 km de Mariana. Região mineira onde rompeu uma barragem de rejeitos de minério controlada pela Samarco Mineração S.A.(empreendimento do conjunto das empresas de mineração a Vale S.A. e a anglo-australiana BHP Billiton).

E que esse fato é considerado a maior devastação e destruição ambiental da história do Brasil e o maior do mundo no que diz respeito a barragens de rejeitos. Cabe acrescentar que foram despejados um volume de 62 milhões de metros cúbicos de lama que chegou ao rio Doce, cuja bacia hidrográfica abrange 230 municípios dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, muitos dos quais abastecem sua população com a água do rio, além disso, houve 19 mortes nesse fato. Os movimentos ambientalistas avaliam que o efeito dos rejeitos no mar continuará por, pelo menos, mais cem anos, mas o processo de avaliação desse fato continuam em estudos (Prescholdt et al; 2022).

O fato relatado acima, acendeu a preocupação com a temática do meio ambiente em vários campos de conhecimento e o Serviço passa a investigar com mais dedicação essa temática. Cabe destacar que uma pesquisa leva no mínimo de 1 a 2 anos para ser concluída e publicada, e o pico de produção em 2017 entende-se dentro desse processo.

Já no ano de 2024, pode-se inferir que alguns fatos conjunturais colaboraram para esse pico de produção. Um deles foi o rompimento de barragem em Brumadinho também em Minas Gerais em 25 de janeiro de 2019 tratado como o maior acidente de trabalho no Brasil em perda de vidas humanas e o segundo maior desastre industrial do século. Cabe retomar que foi logo após o rompimento de barragem em Mariana/MG.

A Barragem de Brumadinho também era controlada pela VALE S.A. O rompimento da Barragem de Brumadinho causou a morte de 272 pessoas, em números oficiais, além do impacto ambiental na região (Prescholdt et al., 2022).

Outro fato que impulsionou a produção de pesquisas foi a realização da 30ª Conferência da ONU sobre o clima. Esse encontro foi realizado no Brasil em novembro de 2025 em Belém do Pará, no coração da Amazônia, cabe destacar que o evento acontece 10 anos depois do Acordo de Paris (COP30Brasil, 2025).

E, por último, o que pode ter colaborado para os picos de produção em 2024 foi o aparecimento de doenças como a COVID-19⁴ que se relaciona à degradação ambiental e social.

(...)As condições ambientais se remodelam de acordo com o capital e sofrem consequências mediante forças evolutivas ou não intencionais, resultado das ações humanas, que visando vantagens econômicas provocam a exploração de animais silvestres, desmatamentos, queimadas e propiciam o aparecimento de vírus, bem como suas diversas mutações (Costa, 2024, p.698)

Observa-se que a temática racismo ambiental aparece expressivamente nos artigos publicados por autoras/res formadas em Serviço Social a partir de 2022, pode-se inferir que pela visibilidade tomada pela articulação Crise ambiental e racismo ambiental promovido pela Covid-19

(...)O racismo é estruturante da sociedade e em momentos críticos como da pandemia da COVID-19 são nos locais com maior concentração de moradores, pertencentes as classes menos abastadas que se identifica a presença do racismo ambiental; falta de saneamento, alta densidade demográfica, impossibilidade de distanciamento social, ausência dos serviços de saúde, educação, assistência social, esporte, lazer, cultura que também se evidenciaram os maiores índices de contágios pelo coronavírus (Costa, 2024, p.705).

⁴ Em dezembro de 2019, uma epidemia de pneumonia atingiu um grupo de vendedores ambulantes no mercado de frutos do mar de Huanan, característico pelo comércio de animais vivos. Já nos primeiros meses de 2020, o aparecimento de diversos casos de pneumonia atípica fizera com que governo e médicos da cidade de Wuhan, capital da Província de Hubei na China, alertassem para o que seria uma das mais rápidas e drásticas mutações de um vírus, desencadeando uma doença denominada como Coronavirus Disease – 2019 (COVID-19) cujos infectados apresentavam diagnósticos variados como infecções assintomáticas, tosse, febre, sintomas gripais e quadros graves respiratórios com possibilidade de morte. Dada a sua rápida disseminação, a COVID-19 foi declarada como pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020 (Costa, 2024) .

Diante do levantamento realizado identificou-se 101 artigos (67,3%), 19 (12,6%) dissertações, 15 (10%) TCC, 8 (5,3%) resenhas/resumos e 7 (4,6%) teses perfazendo um total de 150 (100%) materiais.

Com relação a pesquisa bibliográfica foram identificadas nos últimos 10 anos (2015-2025) dentro da área de serviço social e meio ambiente: 121 (80,6%) produções com base em pesquisa bibliográfica e 29 (19,3%) produções com base em pesquisa de campo.

Os dados demonstram também que a produção com base em estudos bibliográficos supera a produção com base em pesquisa de campo. Acima, observa-se que dos 150 materiais coletados, no que trata, do tipo de pesquisa realizada, tem-se uma predominância do estudo bibliográfico e uma menor produção de pesquisa de campo.

Tabela 1: Temáticas tratados pela profissão nos últimos 10 anos

n	temáticas	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	total geral
1	A crise ambiental como parte da crise do capital	1	1	1	4				5	2	2	5	21
2	O trabalho profissional na área ambiental	7	3	6	6	3	4	6	4	5	4	6	54
3	o trabalho profissional no campo da educação ambiental		2		1	1		1	1				6
4	questão ambiental – questão social	3		1		1		2					7
5	saúde e meio ambiente	2	1	3			1						7
6	justiça ambiental e direitos humanos			2									2
7	movimentos sociais e conflitos ambientais		1	2		3	1				3		10
8	Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social			1			1	1	2				5
9	empresa; terceiro setor e meio ambiente			1							1		2
10	política social:desmonte das políticas agrárias, urbanas e ambientais				1	1				2	2		6
11	questão etnico-racial – racismo ambiental					2		1	2	1	6	4	16
12	juventude e meio ambiente						1						1
13	consumo e meio ambiente						2						2
14	Pandemia e meio ambiente						1		1		1		3
15	calamidades publicas e meio ambiente										3	2	5
16	povos tradicionais:estratégias de luta e resistência da classe trabalhadora										2	1	3
	total geral	13	8	17	12	11	11	11	15	10	24	18	150

Fonte: elaborado pela autora (2025)

Conforme a tabela acima, observa-se que em ordem decrescente aparece com 54 (36%) produções a temática “o trabalho profissional na área ambiental” que trata do exercício da/do assistente social na área ambiental.

O Serviço Social, como profissão regulamentada pela Lei n.º 8.662/1993 (Brasil, 1993), desempenha um papel fundamental na efetivação dos direitos sociais e na garantia do acesso da população às políticas públicas. Seu campo de intervenção é amplo, articulando-se com diferentes áreas, como saúde, assistência social, habitação,

educação e direitos humanos, sempre com a perspectiva de enfrentamento das expressões da questão social (Iamamoto, 2010).

No âmbito dos princípios que orientam a profissão, destaca-se o Projeto Ético-Político Profissional, que consolidou um novo direcionamento para a prática do Assistente Social a partir da década de 1990. Esse projeto reflete um compromisso com os valores emancipatórios e com a defesa intransigente dos direitos humanos, destacando-se os seguintes princípios fundamentais: a liberdade como valor central, a equidade e justiça social, a ampliação e a consolidação da cidadania, a defesa dos direitos da classe trabalhadora e o fortalecimento da democracia (Brasil, 1993).

O Código de Ética do Serviço Social, aprovado em 1993 (CFESS, 2011), reforça esses princípios ao estabelecer diretrizes fundamentais para a atuação profissional. Entre elas, destaca-se o compromisso com a qualidade dos serviços prestados, a eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação, a defesa dos direitos civis e sociais dos usuários e a autonomia profissional diante das instituições empregadoras (CFESS, 2011). Além disso, o Código de Ética enfatiza a necessidade de um posicionamento crítico diante das desigualdades estruturais da sociedade capitalista e a defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Dessa forma, o assistente social deve atuar de maneira crítica, identificando as contradições do modo de produção capitalista e seus impactos sobre a classe trabalhadora, visando à defesa dos direitos.

Para M. Amorim Benevides Guimarães (2018) Ao considerar os elementos éticos e políticos do exercício profissional, principalmente no 5º princípio do Código de Ética, para lutar por uma sociedade justa e igualitária é necessário garantir a interação entre as dimensões ambiental e social:

(...) haja vista a situação vivenciada por homens, mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência que por razões sociais, econômicas e ambientais, não têm a garantia de morar em áreas da cidade que lhes proporcionem condições dignas de vida (M. Amorim Benevides Guimarães, 2018, p.10).

Para M. Amorim Benevides Guimarães (2018) vivemos em uma sociedade marcada pela desigualdade “(...) com segmentos populacionais discriminados por questões de gênero, etnia, território, e por estarem vivendo em situação de vulnerabilidade e risco não só social, mas também ambiental” (M. Amorim Benevides Guimarães, 2018, p.10).

O serviço social contribui no campo da questão socioambiental seja no âmbito teórico quanto no âmbito da intervenção cotidiana, o intuito é que sua intervenção seja propositiva, crítica, com ações respaldadas nos eixos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, descritos no projeto ético-político do Serviço Social (Barbosa; Nascimento, 2020).

Logo após aparece com 21 (14%) trabalhos a temática “Crise Ambiental como parte da crise do capital”, que trata de uma discussão de fundamentos da discussão ambiental à luz da teoria crítica, o intuito é abordar a relação existente entre crise do capital e sua interface ou impacto no meio ambiente na atualidade e também nos primórdios do capitalismo.

Barbosa e Nascimento (2020) apontam que a discussão da questão socioambiental ganha força no final da década 1970 com o número expressivo de empresas de caráter público ou privado que tinham como principal segmento a extração dos recursos provenientes da natureza.

A discussão sofre um maquiamento com o termo sustentabilidade ambiental e do capital verde que trata de uma tentativa de renovação do capitalismo, onde o mesmo busca meios políticos e ideológicos de manter-se como classe hegemônica, buscando desvalorizar a gravidade dos danos implicados com a questão socioambiental (Barbosa; Nascimento, 2020).

A vida produtiva do homem passou por diferentes modos de produção, como o primitivismo, o escravismo, o feudalismo e o capitalismo. No capitalismo ocorre a exploração intensa dos recursos naturais, e isto vem provocando um cenário de degradação do meio ambiente, de esgarçamento das relações sociais e do próprio ser humano.

O que pode se observar diante desse cenário de poluição e depredação do meio ambiente ocasionado pela lógica do capital é uma emergente consciência sobre esse processo de exploração da natureza em escala global “(...) forças sociais através de um heterogêneo e difuso movimento ambientalista que vêm ganhando expressão teórica nos diversos estudos que são publicados sobre o tema” (Nunes, 2019, p. 14 apud Santos, Silva e Silva, 2022, p. 163).

Com base na crítica da economia política, entende-se que questão ambiental analisa o “(...) conjunto das manifestações da destrutividade da natureza — cujas raízes encontram-se no desenvolvimento das relações de propriedade(...)” (Santos; Silva; Silva, 2022, p.164).

A questão ambiental impacta diretamente todas as dimensões da produção e reprodução social em escala planetária sendo irreversível enquanto perdurar o domínio do capital (Santos; Silva; Silva, 2022).

Outra pontuação importante é que a questão ambiental atinge diferenciadamente países centrais e periféricos porque a forma de intervenção e acumulação de capital nesses territórios muda conforme a posição geográfica, econômica e as determinações da divisão internacional do trabalho (Santos; Silva; Silva, 2022).

É possível elencar as seguintes expressões da questão ambiental:

(...) devastação das matas, contaminação da água, contaminação de costas e mares, sobre-exploração de mantos aquíferos, erosão de solos, desertificação, perda da diversidade agrícola, destruição da camada de ozônio, aquecimento global do planeta (...) Sendo parte da vida social, a questão ambiental também pode ser identificada no chamado meio antrópico, observando-se as dificuldades no acesso à terra, água potável, proliferação de ocupações e moradias em locais sujeitos a deslizamento de terras, alagamento e doenças, armazenamento de lixo de modo inadequado próximo a comunidades pauperizadas etc (Santos; Silva; Silva, 2022, p.164).

Cabe acrescentar que as expressões citadas acima rebatem diferenciadamente as comunidades tradicionais e trabalhadoras/res pretas/os — e com mais profundidade, nas;

(...) comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, caiçaras, ribeirinhos) e [na] classe trabalhadora nas favelas, nas periferias dos centros urbanos e no campo (...) sobrepondo-se a outros fatores de reprodução da desigualdade como a classe social e cor de suas peles (Santos; Silva; Silva, 2022, p.164).

É fundamental, que o debate socioambiental inclua a pauta “(...)da diversidade étnico-racial, vislumbrando a pluralidade dos povos (...) que possuem modos de organização próprios, envoltos de saberes, ancestralidade, diferindo dos modos de vida da zona urbana (Guimarães; Sanches; Carvalho, 2025, p.16). Essa temática será tratada com mais dados no próximo tópico.

Portanto, a lógica capitalista, além de causar desigualdade social, provoca o esgotamento dos recursos naturais, poluição ambiental, o crescente aquecimento global, transferindo essa degradação ambiental para a classe trabalhadora (Barbosa; Nascimento, 2020).

As consequências desse fato, é a violação dos direitos, principalmente quando empresas extrativistas se apropriam indevidamente dos espaços, ocasionando conflitos de ordem ambiental e social (Gonçalves; Brandão, 2016).

Concorda-se com as autoras abaixo que dizem que o neoliberalismo com a ideologia de Estado mínimo reduz os serviços públicos e a responsabilidade estatal, provocando ainda mais as desigualdades.

(...) Nesse contexto, o Serviço Social emerge como um campo essencial de resistência e transformação, contribuindo para a construção de um projeto societário fundamentado na justiça socioambiental e na defesa incondicional da vida (Guimarães; Sanches; Carvalho, 2025,p.18).

O assistente social, em conjunto com outros profissionais, vem propondo soluções para o agravamento da complexa questão socioambiental, tendo em vista que a expressão da questão social é objeto de intervenção do profissional do Serviço Social e sua atuação nesse contexto é necessária (Barbosa; Nascimento, 2020).

Em terceiro lugar, aparece a questão étnico-racial e racismo ambiental, trata de artigos que abordam a relação entre meio ambiente, crise do capital e povos indígenas e racismo com 16 produções (10,6%). Cabe destacar nesse ponto, que o avanço dessa discussão aparece no serviço social a partir de 2022.

Clóvis Moura traz a seguinte definição de racismo:

(...) é uma ideologia de dominação utilizada pelo capitalismo desde os seus primórdios e perpetuada na contemporaneidade, a fim de garantir a manutenção desse sistema e dos interesses da burguesia. Além disso, ao justificar e legitimar a exploração e a opressão de sujeitas(es/os) negras(es/os), indígenas e outros grupos sociais racialmente marginalizados, fragmenta, segrega e estimula desigualdades/hierarquias dentro da própria classe trabalhadora, beneficiando a sua parcela branca (Moura, 2020,n.p)

O racismo ambiental é uma forma de discriminação institucionalizada, onde existe uma assimetria de poder entre quem domina e quem é dominado e é justamente por esse fato que os riscos ambientais são determinados, ou seja, quais comunidades estarão sujeitas ou não a depredação ambiental.

Por isso, para o autor a superação do racismo ambiental e o alcance da justiça climática não virá das instâncias governamentais, mas sim das comunidades racializadas e tradicionais que podem sucumbir se não se manifestarem (Bullard, 2004⁵ citado por Silva; Moraes; Francisco, 2024).

⁵ Maiores informações: BULLARD, R. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. In Justiça Ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004.

Considerações Finais

A pesquisa demonstrou que a discussão do meio ambiente no serviço social ganhou espaço nos últimos 10 anos diante de uma conjuntura de crimes e desastres ambientais.

No serviço social o mapeamento encontrado de 150 materiais (entre TCC, dissertações, teses, artigos, resumos em eventos) reflete a ciência da relevância da discussão na atualidade e também o reconhecimento do meio acadêmico e científico no incentivo da produção e reflexão para possíveis saídas ou respostas diante de um cenário de destruição e devastação do meio ambiente.

Na área do Serviço social, os dados apresentados demonstram que a categoria entende que o exercício profissional numa perspectiva metodológica crítica deve se aprofundar na discussão ambiental como parte das atividades previstas na Lei que Regulamenta a profissão e também do próprio Projeto Ético-Político defendido pela categoria.

Outro dado levantado é a dedicação dos estudos na área do Serviço Social de temáticas como “o trabalho profissional na área ambiental” que trata do exercício da/do assistente social no campo do meio ambiente. Logo após aparece “Crise Ambiental como parte da crise do capital”, que trata de uma discussão de fundamentos com uma abordagem crítica, e que faz a relação existente entre crise do capital e seus impactos no meio ambiente na contemporaneidade.

E a questão do racismo ambiental, que aborda a relação entre meio ambiente, crise do capital e povos indígenas e racismo. Essa última temática e o seu enfrentamento é o mais desafiador, ao ser constantemente silenciado na sociedade e invisibilizado nas discussões das políticas públicas e pela ausência de representação de vozes quilombolas, indígenas nos espaços de debate. Concorde-se com a literatura pesquisada no estudo que, ao observa a realidade com a lente do racismo ambiental é possível entender os processos sócio-históricos que determinam acessos desiguais aos direitos sociais e humanos, as condições de pobreza e vulnerabilidade em decorrência da cor de pele e etnia.

Essa pesquisa não esgota a discussão, pelo contrário, traz a necessidade de aprofundar mais os estudos. É necessário analisar os autores que fazem parte da linha teórica crítica e que são referência na discussão da questão ambiental e também do

racismo ambiental. É necessário também pensar em estratégias de debate da discussão nas comunidades, principalmente naquelas que são vítimas da depredação ambiental provocadas pelos empreendimentos capitalistas. E, por fim, pensar em promover espaços de discussão para entender e também direcionar melhor as estratégias de ação contra os efeitos nocivos da lógica do capital contra a natureza e a classe trabalhadora, principalmente contra o racismo ambiental.

Referências

BARBOSA, N.R.; NASCIMENTO L.L. **Reflexão da questão socioambiental sob a ótica do Serviço Social. O Social em Questão** - Ano XXIII – n. 48 - Set a Dez/2020, 2020. p. 97-118.

BARROS, A. J. ; LEHFELD, N. A. de S. **Fundamentos de metodologia científica**. 3 ed. São Paulo: Makron, 2007.

BRASIL. **Lei Nº 8.662, de 07 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/127629/lei-8662-93#art-4> datado 08 de jan.2026.

BULLARD, R. **Enfrentando o racismo ambiental no século XXI**. In Justiça Ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004.

CAVALCANTE; R.B; CALIXTO, P; PINHEIRO, M. M. Kerr. **Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método**. Inf. & Soc. João Pessoa, v.24, n.1, 2014.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P A; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2007.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília, DF: CFESS, 2011. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/Etica_P_rev01.pdf. Acesso em: 28 jul.2025. _03/leis/18662.htm. Acesso em 28 jul.2025.

COSTA, G.A.M. **Impactos da Covid-19 junto à classe trabalhadora sob a ótica do racismo ambiental**. Revista Serviço Social em Perspectiva, [s. l.], v. 8, n. Especial, p. 697–708, 2024.

COP30 BRASIL. **Página oficial da COP30**. Disponível em: <https://cop30.br/pt-br>. Acesso em: 05 dez. 2025.

GONÇALVES, J.F; BRANDÃO, V.B.G. **Serviço social e conflitos socioambientais: a atuação da mineradora rpm/kinross no município de paracatu / MG.** Humanidades, v. 5, n. 2, jul. 2016.

GUIMARÃES, J.T.S; SANCHES, J.B.S; CARVALHO, L.C. **Serviço Social e justiça ambiental e climática para as infâncias dos povos da Floresta Amazônica.** Serviço Social & Sociedade, [s. l.], v. 148, 2025.

IAMAMOTO, M.V. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Cortez Editora, 2010.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo, EPU, 1986.

M. AMORIM BENEVIDES GUIMARÃES, R. **Segregação e inundação urbana: apontamentos sobre o papel ético-político do serviço social junto aos afetados.** REINPEC, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 1–12, 2018.

MOURA, C. **O racismo como arma ideológica de dominação.** In: MOURA, C. **Racismo e luta de classes no Brasil: textos escolhidos de Clóvis Moura.** São Paulo: Terra Sem Amos, 2020.

SANTOS, J.S; SILVA, E. M.da; SILVA, M.da. **Racismo ambiental e desigualdades estruturais no contexto da crise do capital.** Temporalis, [s. l.], v. 22, n. 43, p. 158–173, 2022.

NUNES, C. A. da S. **“Questão ambiental” e “questão social”: uma crítica ao debate ideopolítico sobre a “pobreza” da natureza e a “natureza” da pobreza.** 2019. 230f. Tese (Doutorado em Serviço social) – Centro de Filosofia e Ciências humanas, Escola de Serviço social, Programa de Pós-graduação em Serviço social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, UFRJ, 2019.

SILVA, C. R.da; MORAIS, L. de S. F.de; FRANCISCO, M.S. **A extensão universitária no enfrentamento das mudanças climáticas e do racismo ambiental.** Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, [s. l.], n. 55, 2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/84195>. Acesso em: 11 jan. 2026.

PRESCHOLDT, S.G.A; SOUZA, R. S. ; QUINELATO, M.V. ; VARGAS, N.V. **Trabalho e meio ambiente: implicações socioeconômicas aos trabalhadores atingidos por barragem no contexto do capitalismo dependente brasileiro.** In: GARCIA, Maria Lucia Teixeira; BERNARDES, Franciani. (Org.). **Contrarreformas ou revolução: respostas ao capitalismo em crise.** Volume II. ed.São Paulo: Cortez, 2022, v. II, p. 291-305.